



O estado das terras e territórios dos Povos Indígenas e das Comunidades Locais

Uma revisão técnica do estado das terras dos Povos Indígenas e das Comunidades Locais, dos seus contributos para a conservação da biodiversidade global e dos serviços ecossistémicos, as pressões que enfrentam, e recomendações para acções (versão resumida)

DEDICATÓRIA

O relatório é dedicado a Ghanimat Azhdari¹, uma líder jovem e apaixonada da confederação global Qashqai no Irão. Ghanimat era especialista em Sistemas de Informação Geográfica (SIG) e mapeamento comunitário, trabalhando incansavelmente para apoiar a documentação participativa dos territórios de vida junto das federações e uniões nacionais de tribos nómadas no Irão (UNINOMAD e UNICAMEL). Ela contribuía com o seu conhecimento profundo e competências para o desenvolvimento do relatório quando faleceu subitamente a 8 de Janeiro de 2020. Ghanimat desempenhou funções importantes no Centro para o Desenvolvimento Sustentável e Ambiente (CENESTA), no Consórcio ICCA e no

LandMark, e estava a concluir o seu Doutoramento na Universidade de Guelph no momento do seu falecimento. A sua falta é sentida por todos. O seu legado continuará através do trabalho de muitas pessoas cujas vidas ela tocou durante a sua curta estadia na Terra.

Reconhecemos também os proprietários e guardiões tradicionais das terras e águas que forma a base do relatório, e aqueles cujos territórios tradicionais os autores geograficamente dispersos ocuparam durante a redacção do relatório.

CITAÇÕES

Citações recomendadas para o relatório completo: WWF[1], UNEP-WCMC[2], SGP/ICCA-GSI[3], LM[4], TNC [5], CI[6], WCS[7], EP[8], ILC-S[9], CM[10], IUCN[11] O Estado das Terras e Territórios dos Povos Indígenas e das Comunidades Locais: Uma revisão técnica do estado das terras dos Povos Indígenas e das Comunidades Locais, dos seus contributos para a conservação da biodiversidade global e dos serviços ecossistémicos, as pressões que enfrentam, e recomendações para acções Gland, Suíça (2021)

- [1] World Wide Fund for Nature
 [2] UN Environment Programme World Conservation Monitoring Centre
 [3] GEF Small Grants Programme, ICCA-Global Support Initiative
 [4] LandMark Global Platform of Indigenous and Community Lands
 [5] The Nature Conservancy
 [6] Conservation International,
 [7] Wildlife Conservation Society
 [8] UNDP Equator Prize
 [9] International Land Coalition Secretariat
 [10] Conservation Matters LLC
 [11] International Union for Conservation of Nature

CONTRIBUIÇÕES

O relatório é o produto de um processo de co-criação inclusivo que iniciou com as seguintes organizações colaborativas e programas, juntando ideias e questões de investigação assim como dados, análises e conhecimento especializado. Em conjunto, forneceram orientação estratégica sobre a análise, interpretação de resultados, e redacção do relatório (mencionados por ordem alfabética):

- Asociación Latinoamericana para el Desarrollo Alternativo (ALDEA)
- La Coordinadora de las Organizaciones Indígenas de la Cuenca Amazónica (COICA)
- Conservation Matters LLC
- Conservation International (CI)
- International Land Coalition Secretariat (ILC Secretariat)
- International Union for Conservation of Nature (IUCN)
- GEF Small Grants Programme, ICCA-Global Support Initiative (ICCA GSI)
- LandMark (Global Platform for Indigenous and Community Lands)
- RECONCILE/ILC Rangelands Initiative-African Component
- The Nature Conservancy (TNC)
- United Nations Development Programme (UNDP) Equator Prize
- United Nations Environment Programme World Conservation Monitoring Centre (UNEP-WCMC)
- Wildlife Conservation Society (WCS)
- World Resources Institute (WRI)
- World Wide Fund for Nature (WWF)

Redactores principais

- Colleen Corrigan, Conservation Matters LLC
- Heather C. Bingham, UN Environment Programme World Conservation Monitoring Centre (UNEP-WCMC)
- Joost Van Montfort, WWF International

Equipa técnica científica e fornecedores de dados

- Ward Anseeuw, International Land Coalition Secretariat/Landmark
- Scott Atkinson, UNDP
- Heather C. Bingham, UN Environment Programme World Conservation Monitoring Centre
- Pam Collins, Conservation International
- Colleen Corrigan, Conservation Matters LLC
- Brandie Fariss, The Nature Conservancy
- Joe Gosling, UN Environment Programme World Conservation Monitoring Centre
- Pablo Izquierdo, WWF-Norway
- Nina Kantcheva, UNDP
- Peter Ken Otieno, RECONCILE/Rangelands Initiative-African Component
- Christina Kennedy, The Nature Conservancy
- Paola Maldonado Tobar, Asociación Latinoamericana para Desarrollo Alternativo, ALDEA
- Jim Oakleaf, The Nature Conservancy
- David Patterson, WWF-UK
- Sushma Shrestha, Conservation International
- Jessica Stewart, UN Environment Programme World Conservation Monitoring Centre
- Katie Reytar, World Resources Institute

Grupo de orientação e revisão

- Andrea Burgess, TNC
- Jamison Ervin, UNDP
- José Gregorio Díaz Mirabal, Coordinadora de las Organizaciones Indígenas de la Cuenca Amazónica (COICA)
- Alain Frechette, Rights and Resources Initiative
- Delfin Jr. Ganapin, WWF International
- Terence Hay-Edie, UNDP-implemented GEF Small Grants Programme (SGP)
- Holly Jonas, ICCA Consortium
- Naomi Kingston, UN Environment Programme World Conservation Monitoring Centre
- Michael Looker, The Nature Conservancy
- Judy Oglethorpe, WWF-US
- Pablo Pacheco, WWF-US
- Michael Painter, Wildlife Conservation Society
- Zack Romo, Coordinadora de las Organizaciones Indígenas de la Cuenca Amazónica (COICA)
- David Rubio, International Land Coalition Secretariat/Landmark
- Jenny Springer, IUCN
- John Tayleur, UN Environment Programme World Conservation Monitoring Centre
- Dave de Vera, Philippine Association for Intercultural Development (PAFID)
- Peter Veit, World Resources Institute
- Kristen Walker-Painemilla, Conservation International

Os seguintes representantes e peritos dos PICL efectuaram a revisão do relatório:

- Dominique Bikaba, Strong Roots, DRC
- Joji Carino, Forest Peoples Programme
- Minnie Degawan, Kankanaey/Igorot/Conservation International
- Maurizio F. Ferrari, Forest Peoples Programme
- Cindy Julianty, Working Group ICCAs, Indonesia
- Kasmita Widodo, Working Group ICCAs, Indonesia
- Edward Loure, Ujamaa Community Resource Team (UCRT), Tanzania
- Roberto Múkaro Borrero, Tribal Link Foundation
- Lucy Mullenkei, Indigenous Women Biodiversity Network, International Forum on Biodiversity and International Forum of Indigenous Women
- Hindou Oumarou Ibrahim, IPACC
- PACOS Trust, Malaysia
- Giovanni Reyes, Sagada-born Kankanaey-Igorot, Philippine ICCA Consortium
- Makko Sinandai, Ujamaa Community Resource Team (UCRT), Tanzania
- Yolanda Teran, Indigenous Women Network on Biodiversity from Latin America and the Caribbean, RMIB-LAC

Outras contribuições:

- Design do relatório: Ralph Design Ltd
- Design dos infográficos: Ines Hirata

Está disponível uma versão modificada do conjunto de dados de terras dos PICL para o relatório, sujeita a termos específicos de utilização, junto do UNEP-WCMC. Por favor, contacte protectedareas@unep-wcmc.org.

Declaração: Todas as fotografias nesta versão resumida foram escolhidas a partir das bases de dados da WWF e do UNDP Equator Prize e, quando relevante, foi obtido uma autorização modelo para garantir o consentimento das pessoas envolvidas. Consulte os créditos das fotografias na página 23.

1 Página em memória de Ghanimat: www.iccaconsortium.org/index.php/2020/01/08/a-tribute-to-ghanimat-azhdari/

LISTA DE ACRÓNIMOS E ABREVIATURAS

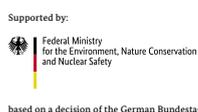
CBD	Convenção sobre a Diversidade Biológica	KBA	Área-Chave da Biodiversidade
DPI	Índice de Potencial de Desenvolvimento	AP Não PICL	Área protegida sob governança de qualquer actor (por exemplo, estatal ou privado) que não Povos Indígenas e / ou Comunidades Locais. Os acordos de governança partilhada estão incluídos nesta categoria.
FPIC	Consentimento livre, prévio e informado	OECD	Outras Medidas Efectivas de Conservação Baseadas na Área
GBF	Quadro Pós-2020 para a Biodiversidade Global	AP	Área protegida
GEF	Fundo Global para o Ambiente	UNDRIP	Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas
GHM	Modificação Humana Global	WD-OECD	Base de Dados Mundial sobre Outras Medidas Efectivas de Conservação Baseadas na Área
IBA	Área Importante de Aves e Biodiversidade	WDPA	Base de Dados Mundial sobre Áreas Protegidas
ICCAs	Territórios e áreas conservadas por Povos Indígenas e Comunidades Locais; também referidos como Territórios de Vida		
PICL	Povos Indígenas e Comunidades Locais		
AP PICL	Área Protegida sob governança dos Povos Indígenas e / ou Comunidades Locais		
IUCN	União Internacional para a Conservação da Natureza		

UMA COLABORAÇÃO

O relatório é o resultado de uma colaboração única e vasta entre organizações e pessoas chave de diferentes proveniências mas com um objectivo comum: compreender melhor, destacar e apoiar os Povos Indígenas e as Comunidades Locais (PICL) e o seu papel fundamental na conservação e sustentabilidade. As discussões iniciais surgiram durante um seminário em Janeiro de 2019, em Bali, co-criado pela Prática de Governança do WWF e pelo Consórcio ICCA. Foram realizados seminários adicionais pelo UNEP-WCMC e WWF em Cambridge, Reino Unido (Março de 2019) e pelo WRI em Washington DC, EUA (Julho de 2019). Estes seminários trilharam o caminho para reuniões técnicas e para a criação de uma colaboração estratégia mais ampla. As organizações participantes no relatório incluem ONG para a conservação global, ONG baseadas nos direitos humanos, alianças globais, entidades da ONU, peritos dos PICL, pessoas e outros representantes de organizações lideradas por PICL. Todas estas partes interessadas trouxeram para a mesa competências, conhecimento especializado e recursos complementares, e uma predisposição para partilhar informações e ideias para o seu fim comum. Foi utilizado um processo consultivo transparente para garantir um relatório útil para os PICL e as organizações que pretendem apoiá-los. A intenção é alinhar com e não contradizer as mensagens ou informações trazidas pelos PICL, e trilhar o caminho para um conjunto mais amplo de acções, posteriores colaborações e investigação futura.

As fontes de dados e as ressalvas associadas estão descritas no relatório para que os PICL, as organizações da sociedade civil, os doadores, agências governamentais e outros possam fazer uso dos resultados para as suas próprias necessidades e / ou colaborações. Preencher as lacunas identificadas neste relatório técnico necessitará de um investimento significativo de tempo e recursos. Necessitará também de insumos de uma vasta gama de parceiros e organizações, particularmente PICL que sejam detentores de direitos e guardiões das suas terras, territórios, águas e recursos. Apenas uma colaboração verdadeiramente global, transparente e comprometida de organizações diversas permitirá uma compreensão detalhada e precisa sobre as contribuições dos PICL para a conservação da natureza, as pressões que sofrem, e as oportunidades para apoiar as suas prioridades e caminhos auto-determinados.

Os autores e contribuintes do relatório deixam a cargo dos PICL a forma como os resultados aqui apresentados devem ser traduzidos em acções específicas pelas partes interessadas relevantes. Embora tenham sido desenvolvidas recomendações genéricas em consulta com representantes dos PICL, quaisquer políticas específicas que aproveitem as conclusões do relatório devem ser sujeitas a posterior consulta com os PICL e alinhadas com os seus dados, assim como os seus sistemas de conhecimento indígena e local. As recomendações feitas no relatório incluem: (1) os direitos dos PICL a terras, águas e recursos devem ser reconhecidos e formalizados, e (2) devem receber reconhecimento, salvaguardas e apoio apropriado pelos seus contributos para a conservação. As formas de reconhecimento e apoio que são apropriadas para uma dada situação devem ser sempre definidas pelos próprios PICL.





Índice

Dedicatória	2	1. Histórico	7
Citações	2	Esboço do relatório completo	7
Contribuições	2	2. Resumo das principais conclusões	11
Lista de acrónimos e abreviaturas	3	3. Investigação futura e acções recomendadas	15
Uma colaboração	3	Um apelo à acção partilhado	19
		4. Conclusão	21
		Créditos das Fotografias	23





1. Histórico

Este pequeno documento resume as principais conclusões e recomendações do relatório *O Estado dos Povos Indígenas e das Comunidades Locais: Uma revisão técnica do estado das terras dos Povos Indígenas e das Comunidades Locais, dos seus contributos para a conservação da biodiversidade global e dos serviços ecossistémicos, as pressões que enfrentam, e recomendações para acções* (WWF et al., 2021). Este resumo está também disponível em Inglês e Swahili.²

Esboço do relatório completo

O relatório sobre o Estado das Terras e Territórios dos Povos Indígenas e das Comunidades Locais explora o papel vital que os Povos Indígenas e das Comunidades Locais (PICL) desempenham na conservação global. Após uma descrição da finalidade do relatório e de um Resumo Executivo, o relatório completo debate o histórico da investigação. A introdução fornece uma perspectiva do estado do conhecimento sobre as terras e territórios dos PICL, e discute a forma como os resultados do relatório devem ser interpretados. Aborda as conexões e distinções entre Povos Indígenas e Comunidades Locais, e como as terras dos PICL se podem relacionar com as áreas protegidas. O terceiro capítulo descreve o contexto legal e político, e é seguido por um capítulo que descreve os métodos utilizados para gerar a camada base de terras dos PICL e executar as análises subsequentes. O Capítulo 5 fornece os resultados da análise global da cobertura das terras dos PICL, a sua relação espacial com as Áreas-Chave da Biodiversidade, serviços ecossistémicos globalmente importantes, e eco-regiões terrestres. Continua para debater a condição ecológica das terras PICL, e as pressões de desenvolvimento que poderão enfrentar no futuro. Dois estudos de caso ilustrativos nacionais são descritos no capítulo 6. As secções finais do relatório fornecem recomendações derivadas dos resultados e consultas com os PICL, um apelo à acção, e uma declaração de conclusão.

Muitas políticas e leis ao nível nacional e global ainda falham em fornecer reconhecimento e apoio apropriado e explícito aos PICL.

Finalidade do relatório

Embora exista uma crescente consciencialização do papel vital que os PICL desempenham na realização dos objectivos globais de conservação, muitas políticas e leis ao nível nacional e global ainda falham em fornecer reconhecimento e apoio apropriado e explícito aos PICL, ou limitam a formalização dos direitos às terras e recursos. Com a rápida evolução de várias ameaças aos PICL e suas terras, e inerentemente à natureza que protegem, é tempo para uma mudança².

O relatório técnico quantifica a extensão global das terras dos PICL e águas interiores associadas, e as suas contribuições para a conservação da biodiversidade e serviços ecossistémicos críticos. Chega num momento de urgência para este tipo de colaboração e análise, dado o contexto global de perda de biodiversidade sem precedentes e do seu impacto nas alterações climáticas, da rápida disseminação de doenças infecciosas, do desenvolvimento insustentável, da ameaça crescente dos fogos, e da destruição dos modos de vida por uma gama de catalisadores directos e indirectos. Antecipamos que o relatório vá informar decisões políticas ao nível global, e aumentar a cooperação entre organizações que procuram apoiar os PICL na sustentação das suas culturas, línguas, modos de vida e dos ambientes que conservam.

Para além da biodiversidade, é necessária uma acção urgente relativa à perda dos PICL e às suas culturas e práticas. Embora existam algumas leis de protecção, carecem frequentemente de implementação, embora mecanismos para apoiar os PICL estejam a avançar em algumas regiões.³ Muitos membros dos PICL estão a dar as suas vidas para proteger áreas críticas do globo; só em 2019, mais de 200 pessoas foram mortas a defender o ambiente e os seus direitos ao mesmo, 40% dos quais eram de Povos Indígenas (Global Witness, 2020).

2 A análise e os resultados aqui apresentados não distinguem entre Povos Indígenas e Comunidades Locais. É, no entanto, reconhecido que existem distinções importantes. Os Povos Indígenas têm determinadas características que as Comunidades Locais podem não ter, incluindo algumas de grande significado para a conservação da biodiversidade, tal como um forte vínculo cultural e / ou espiritual com os seus territórios ancestrais e recursos naturais. Os Povos Indígenas também têm direitos distintos ao abrigo da lei internacional, conforme registado na Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (Assembleia Geral da ONU, 2007). Os direitos das Comunidades Locais não estão claramente definidos na lei internacional, embora exista uma jurisprudência crescente em torno das comunidades não indígenas cujas culturas e formas de vida têm relações próximas com as suas terras e territórios. Estas relações podem ser similares às dos Povos Indígenas mas não devem ser equacionadas ou associadas. Os direitos dos camponeses estão mais claramente definidos pela ONU do que os direitos das Comunidades Locais. A política do governo pode complicar ainda mais a distinção entre os Povos Indígenas e as Comunidades Locais, nomeadamente em países onde os auto-proclamados Povos Indígenas não são reconhecidos como tal. Os Povos Indígenas e as Comunidades Locais podem também entrar em conflito entre eles, tal como nos casos onde as Comunidades Locais se intrometeram nas terras dos Povos Indígenas como resultado de vectores socioeconómicos complexos. Tal como os Povos Indígenas, as Comunidades Locais não são homogéneas. As Comunidades Locais no contexto deste relatório são aquelas com propriedade comunal e / ou governança sobre as terras, quer legal ou de facto e que têm acesso comum e fortes ligações sociais e culturais às suas terras e territórios. O facto dos Povos Indígenas ou Comunidades serem os principais guardiões das terras comunais varia entre países. Este relatório reconhece estas questões complexas e direcciona os leitores para outras fontes com mais informação.

3 Consulte o exemplo do Acordo Escazu em www.cepal.org/en/escazuagreement, o Acordo Regional sobre Acesso à Informação, Participação Pública e Justiça em Assuntos Ambientais na América Latina e Caraíbas.

Para demonstrar os valores de conservação significativos das terras PICL, o relatório descreve a extensão da sobreposição entre as terras e águas associadas dos PICL com áreas de importância para a biodiversidade, uma diversidade de ecossistemas, serviços ecossistêmicos globalmente importantes, e áreas em boas condições ecológicas. O relatório debate as pressões enfrentadas pelos PICL, que limitam potencialmente a sua capacidade futura para conservar a natureza, e os seus valores culturais e espirituais associados. Embora os PICL seja guardiões de muitas áreas costeiras e marítimas, este relatório é limitado ao domínio terrestre devido a uma falta de disponibilidade de dados costeiros e marinhos internacionais para áreas governadas pelos PICL.

O relatório testa as seguintes premissas:

1. Os PICL são guardiões eficazes da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos.
2. As terras dos PICL enfrentam pressões de larga escala.
3. As terras e territórios dos PICL merecem acção urgente e investimentos significativos através de reconhecimento apropriado, assim como (entre outros) apoio político, legal e financeiro.
4. As metas ambiciosas e transformadoras no quadro da biodiversidade global pós-2020 só podem ser atingidas através do reconhecimento e implementação dos direitos e sistemas de governança para os PICL sobre as suas terras e territórios.

O relatório aproveita e avança a investigação e relatórios anteriores de três formas principais:

1. Expande o âmbito dos dados para incluir as terras dos Povos Indígenas e das Comunidades Locais e alarga a área analisada de 87 (Garnett et al., 2018) para 132 países e territórios.
2. Oferece uma análise actualizada da condição ecológica das terras dos PICL, abrangendo uma gama mais vasta de sectores do que os avaliados noutros estudos, utilizando a modificação humana como indicador da condição ecológica.⁴
3. Examina as potenciais pressões de desenvolvimento futuro nas terras dos PICL.



⁴ Baseado no conjunto de dados de Modificação Humana Global por Kennedy et al. (2018); ver a descrição completa no Anexo 1.





2. Resumo das principais conclusões

Numa altura de ameaças sem precedentes ao ambiente global, a liderança local na governação e gestão dos recursos naturais está a tornar-se cada vez mais uma solução crítica tanto para as pessoas como para a natureza. Um desafio principal é identificar os caminhos mais apropriados para permitir a resiliência e segurança dos guardiões do ambiente local em todo o mundo. Em resposta, várias organizações e colaboradores de conservação trabalharam em colaboração ao longo de muitos meses para desenvolver um processo analítico transparente, em consulta e diálogo com representantes e peritos dos Povos Indígenas e das Comunidades Locais (PICL), para chegar a um conjunto de conclusões técnicas sobre os valores espacialmente relevantes das terras dos PICL, e recomendações relacionadas para organizações que trabalham com os PICL, ou cujas acções os possam afectar.

Esta análise global sobre as terras dos PICL⁵ fornece uma avaliação baseada em ciência que pode ser utilizada para guiar o desenvolvimento de políticas, investigação e outras acções que suportam os PICL e os seus costumes e práticas que têm, ou têm o potencial para, resultados eficazes de conservação em todo o mundo. Embora baseados nos melhores dados disponíveis, os resultados são provavelmente uma sub-estimativa da verdadeira extensão das terras dos PICL.⁶ Sendo focados na conservação, os resultados também não podem reflectir os outros valores diversos das terras dos PICL, tais como os valores culturais e espirituais que estão frequentemente interrelacionados e embutidos nos contextos sociais, políticos, económicos e geográficos. Apesar destas limitações, as seguintes conclusões-chave fornecem evidências para avançar numa agenda partilhada de respeito, reconhecimento e criação de apoio para aqueles que desempenham um papel-chave na protecção da natureza, e cujo papel e bem-estar é crítico para alcançar os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável do mundo.

O relatório demonstra que:

1. Os Povos Indígenas e as Comunidades Locais (PICL)⁷ são guardiões vitais das paisagens naturais remanescentes no mundo. Como tal, alcançar os ambiciosos objectivos e metas no quadro da biodiversidade global pós-2020 não será possível sem as terras e territórios reconhecidos, sustentados, protegidos e restaurados pelos PICL. Os PICL garantem

o reconhecimento apropriado dos seus direitos e autoridade de governança, assim como apoio para participarem de forma equitativa e efectiva nestes esforços globais. Este relatório técnico conclui que pelo menos 32%, ou 43,5 milhões de km², de terra global e águas internas associadas são detidas ou governadas por PICL, quer através de meios legais ou tradicionais.⁸ Este é um aumento em relação às estimativas anteriores derivadas de metodologias similares (consulte IPBES, 2019), em grande parte devido à adição das terras das Comunidades Locais. Esta conclusão é significativa quando comparada com o facto de que apenas 15,4% das terras do mundo estão dentro de áreas protegidas (UNEP-WCMC e IUCN, 2021), embora exista alguma sobreposição entre as duas utilizações da terra. Os PICL devem ser reconhecidos como detentores de direitos e decisores fundamentais na conservação e utilização sustentável dos recursos naturais. Os seus contributos históricos e actuais para a conservação, assim como os seus direitos e autoridade de governança, devem ser reconhecidos e apoiados, especialmente no contexto do quadro da biodiversidade global pós-2020 e da sua implementação.

Alcançar os ambiciosos objectivos e metas no quadro da biodiversidade global pós-2020 não será possível sem sustentados, protegidos e restaurados pelos PICL.

2. A maioria das terras dos PICL estão em boas condições ecológicas. Sessenta e cinco por cento das terras dos PICL têm um nível igual ou próximo de zero em termos de modificação humana, o que significa que são terras naturais a semi-naturais que não têm mais de 10% de modificação por impactos humanos intensivos. É provável que estes ecossistemas intactos estejam também a desempenhar um papel significativo na mitigação das alterações climáticas (Martin e Watson, 2016). Outros 27% de terras dos PICL estão sujeitos a formas moderadas de modificação humana. No total, 91% das terras dos PICL estão em condições ecológicas boas ou moderadas, fornecendo ainda mais evidências de que a custódia dos PICL é consistente com a conservação da biodiversidade.

5 Neste relatório, definimos as terras dos Povos Indígenas e Comunidades Locais como as terras que são propriedade ou governadas pelos PICL, com ou sem reconhecimento local. Isto abrange as terras ocupadas ou detidas por PICL, mas não as terras onde os PICL utilizam recursos se estes não forem também responsáveis por tomar decisões sobre a gestão.

6 Os dados e resultados apresentados não se destinam a contrastar ou contestar outros dados ou resultados utilizados pelos PICL, que são frequentemente baseados em diferentes metodologias.

7 Consulte Kothari et al. (2012), especialmente o Anexo 5, para uma elaboração mais completa da história e definição de 'Povos Indígenas e Comunidades Locais' e outros termos relevantes. Ver também a Informação Suplementar de Garnett et al. (2018). O IUCN define Territórios e Áreas Conservados por Povos Indígenas e Comunidades Locais (ICCA) como 'ecossistemas naturais e/ou modificados, contendo valores de biodiversidade significativos, benefícios ecológicos e valores culturais, conservados voluntariamente por povos indígenas e comunidades locais, através de leis tradicionais ou outros meios efectivos'.

8 Conforme argumentado, isto é provavelmente uma sub-estimativa. Um estudo recente da RRI que inclui uma estimativa da área de terra não reconhecida dos Povos Indígenas, Comunidades Locais, e Afro-Descendentes conclui que a extensão total das áreas dos PICL está próxima dos 50%. Consulte: <http://67.222.18.91/~rnew/publication/estimate-of-the-area-of-land-and-territories-of-iplcad/>

3. As terras dos PICL em boas condições ecológicas são globalmente significativas. De todas as terras globais em boas condições ecológicas, pelo menos 42% estão dentro de terras dos PICL. Quando as sobreposições com áreas protegidas ao abrigo da governança de qualquer actor que não os PICL⁹ estão excluídas, as terras dos PICL em boas condições ecológicas que cobrem 17,5% da superfície terrestre. Muitas destas áreas são paisagens bio-culturais potencialmente importantes que alcançam resultados de conservação e resilientes ao clima ao mesmo tempo que avançam os direitos dos Povos Indígenas e preservam os valores culturais, espirituais e outros. A conclusão de que as terras dos PICL em boas condições ecológicas são globalmente significativas sugere que o futuro dos esforços globais de conservação requer um forte apoio aos, e aliança com os guardiões destas áreas particularmente importantes.

4. As terras dos PICL e as águas associadas englobam e protegem uma grande porção de áreas particularmente importantes para a biodiversidade. Este estudo conclui que pelo menos 36% da área global coberta por Áreas-Chave da Biodiversidade (KBA) está inserida dentro de terras dos PICL, e mais de metade dessa área não está protegida por outros meios. Além disso, a base de dados KBA global ainda está em desenvolvimento e não está concluída. Assim que tiver sido realizada a identificação completa das KBA, é provável que a área onde as KBA e as terras dos PICL se sobrepõem aumente. Este resultado destaca a importância das PICL para áreas críticas para a biodiversidade.

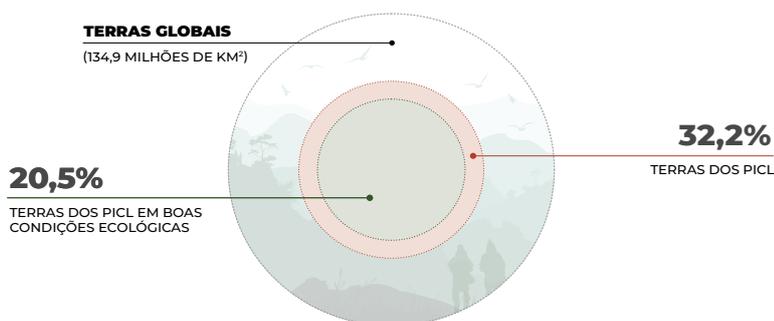
5. A conservação ecológicamente representativa baseia-se nos guardiões dos PICL e como tal apenas pode ser alcançada através do reconhecimento apropriado das, e apoio às, terras dos PICL e dos direitos aos recursos. As terras dos PICL são encontradas em pelo menos 75% das 847 eco-regiões terrestres do mundo, e essas terras PICL avaliadas neste relatório incluem a totalidade de 14 eco-regiões. No caso de algumas eco-regiões, a governança dos PICL oferece a única fonte de protecção. Como tal, a saúde e a integridade destas eco-regiões baseia-se totalmente numa presença continuada, numa governança activa, e numa custódia pelos PICL.

6. Apoiar os PICL como guardiões da natureza oferece benefícios e serviços disseminados para toda a humanidade. Quase um quarto das terras dos PICL têm elevados níveis de fornecimento de serviços ecossistémicos a nível global, um cálculo baseado na combinação de 15 serviços, incluindo água doce e fixação de carbono. Resumidamente, as terras dos PICL e as práticas dos seus guardiões oferecem benefícios ambientais, tais como resiliência climática, que se estendem para além das fronteiras dessas terras. O reconhecimento disseminado e a documentação do papel histórico dos PICL na manutenção destas paisagens para o benefício de todos, é relativamente novo.

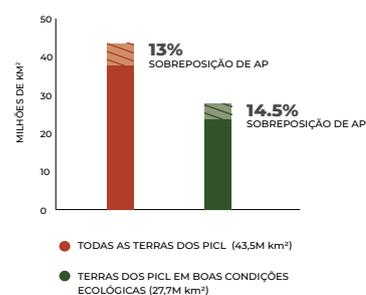
7. Mais de um quarto das terras dos PICL podem enfrentar elevada pressão de desenvolvimento no futuro. Estas são áreas onde as condições locais tornam mais provável o desenvolvimento futuro motivado por mercadorias (tal como a produção de energia, mineração, agricultura industrial ou urbanização), com potenciais impactos negativos para os PICL e a condição ecológica das suas terras. Actualmente, 80% das terras dos PICL que enfrentam pressões de desenvolvimento potencialmente elevadas ainda estão em condições ecológicas boas ou moderadas. Como resultado, estas áreas são importantes para investimentos que sustentem os seus guardiões e os seus direitos, e reduzam as ameaças que sejam prejudiciais para o ambiente ou os PICL.

8. Os resultados globais não podem ser traduzidos em políticas a nível nacional sem avaliações detalhadas envolvendo conjuntos de dados apropriados nacionalmente e, crucialmente, a participação plena dos PICL. Os exemplos do Equador e das Filipinas, apresentados neste relatório, mostram que os valores específicos sobre conservação de terras dos PICL variam entre países. Em ambos os países, as terras dos PICL contribuem significativamente, mas de forma diferente, para a representação e cobertura ecológica de áreas de importância para a biodiversidade. As terras dos PICL em ambos os países enfrentarão provavelmente pressões crescentes no futuro, mas a resposta a estas pressões irá variar dependendo dos contextos nacionais e das necessidades expressas pelos PICL.

TERRAS DOS POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES LOCAIS (PICL): O PANORAMA GLOBAL



SOBREPOSIÇÃO ENTRE TERRAS DOS PICL E ÁREAS PROTEGIDAS



⁹ Estas áreas são referidas como 'áreas protegidas não PICL' na análise de dados deste relatório. O termo 'área protegida não PICL' descreve qualquer área protegida que não é governada por Povos Indígenas e Comunidades Locais (PICL). Os acordos de governança partilhada estão incluídos nesta categoria.





3. Investigação futura e acções recomendadas

Este relatório técnico fornece evidência analítica que as metas de conservação global só podem ser alcançadas em colaboração com os PICL e através do reconhecimento das contribuições, soluções e lideranças históricas e actuais dos PICL. A sustentabilidade das contribuições e soluções dos PICL para a crise da biodiversidade assenta no reconhecimento e exercício pleno dos seus direitos, suportados através de vários meios.¹⁰ As conclusões baseadas na ciência deste relatório oferecem uma gama de oportunidades para acções que podem ser tomadas nos domínios da investigação, política e legislação, financiamento, capacitação, advocacia e consciencialização, e estratégias organizacionais.

A sustentabilidade das contribuições e soluções dos PICL para a crise da biodiversidade assenta no reconhecimento e exercício pleno dos seus direitos, suportados através de vários meios

As recomendações do presente relatório centram-se nos Povos Indígenas e também nas Comunidades Locais onde as últimas, *conforme definidas neste relatório, exibem uma ou mais das seguintes características: têm direitos tradicionais, têm uma cultura forte ligada às suas terras numa cultura de guardiões, ou identificam-se como tendo as características dos Povos Indígenas apesar do governo não as reconhecer como tal.*

Embora este não seja um conjunto detalhado de recomendações, é informado pelas conclusões deste relatório e pelas consultas com os colaboradores e os PICL que efectuaram a revisão das conclusões e sugeriram os caminhos a seguir.

Estas recomendações e acções críticas podem ser levadas a cabo por governos, organizações intergovernamentais, e organizações não governamentais tais como organizações de conservação, assim como por cientistas, o sector privado e doadores, em colaboração com e ao abrigo das recomendações dos PICL, incluindo através de processos de consentimento livre, prévio e informado. Para além de fornecer suporte aos PICL, o trabalho futuro deverá identificar e abordar as causas principais dos desafios sistémicos sentidos em particular pelos Povos Indígenas.

Por último, mas muito importante conforme mencionado no início deste relatório, os PICL necessitarão de diferentes formas de reconhecimento e apoio com base numa variedade de circunstâncias, e estas devem ser identificadas e pedidas pelos próprios PICL como parte dos seus processos de auto-determinação e auto-reforço (consulte Sajeve *et al.*, 2019). Como tal, a aplicabilidade das recomendações abaixo, e os métodos para a sua implementação, irão variar com base nas diferentes características dos PICL,¹¹ com alguns a necessitarem de formas mais urgentes ou diversificadas dado os seus contextos únicos, perturbações históricas ou actuais, e aspirações várias.

Ampliar e reforçar o reconhecimento de direitos

1. Como líderes na governança ambiental global, os PICL devem ser parceiros nucleares na deliberação e implementação de políticas globais relacionadas com, entre outras, o ambiente e o desenvolvimento sustentável.
2. Os PICL devem ser apoiados na sua função de guardiões, na prossecução das suas prioridades auto-determinadas e abordagens ao desenvolvimento sustentável, e na conservação e utilização das suas terras e territórios. Significativamente, este apoio deve impedir a introdução de pressões de desenvolvimento externas (tais como a produção energética, urbanização, e pressões agrícolas industriais) assim como esforços de conservação em terras dos PICL propostos externamente sem consentimento livre, prévio e informado.
3. Há necessidade de um maior respeito, reconhecimento e formalização dos direitos de posse colectiva e consuetudinária dos PICL sobre as terras, territórios, águas e recursos que possuíram ou governaram tradicionalmente, para que possam sobreviver e prosperar. Além disso, garantir os direitos das terras dos PICL pode ser uma forma económica e eficiente de abrandar as alterações climáticas e acelerar o desenvolvimento sustentável.¹²
4. Quando as sobreposições com áreas protegidas ao abrigo da governança de qualquer actor que não os PICL estão excluídas, as terras dos PICL em boas condições ecológicas que cobrem 17,5% da superfície terrestre estão principalmente dependentes das práticas, conhecimento, inovações e valores dos PICL. O reconhecimento deste papel significativo deve ser alargado. O mapeamento e a investigação tornam-se ferramentas positivas de suporte quando secundadas por políticas e acções que utilizam adequadamente estas conclusões.

10 Há situações em que as terras dos povos indígenas, e numa maior escala as das comunidades locais, não estão num estado ideal. Isto pode dever-se a perturbações na cultura e práticas tradicionais decorrentes de factores externos como o desalojamento, a intromissão ou influências externas, levando frequentemente ao empobrecimento resultando no enfraquecimento da custódia destas comunidades sobre as suas terras e territórios. Estas comunidades "perturbadas" não devem ser excluídas das recomendações relevantes definidas nesta secção. Ao invés, a base para mais acções de suporte deve ser um maior ímpeto nos processos de auto-reforço que restaurem a integridade cultural e de governança, e criem a sua capacidade para implementar estas recomendações por si próprios ou em parceria com outras organizações. Consultar: Sajeve et al. (2019). Resumo de política 7 do ICCA. Sobre os significados e mais.

11 Uma abordagem recente para descrever as características da comunidade é aprofundada em Sajeve et al. (2019).

12 www.wri.org/news/land-matters-how-securing-community-land-rights-can-slow-climate-change-and-accelerate

5. Onde as terras dos PICL e as áreas protegidas não PICL se sobrepõem, os PICL (incluindo mulheres, crianças e jovens, e idosos) devem ser reconhecidos pela sua liderança e governança históricas, assim como pelos seus esforços contínuos na conservação, informada pelo conhecimento ecológico tradicional. A governança liderada pelos PICL ou acordos de governança partilhada como as abordagens de co-administração devem ser consideradas em consulta com os PICL. Isto deve incluir a atribuição de direitos designados para utilizar, gerir e de outro modo beneficiar da terra e dos recursos. As mudanças nos acordos de governança devem ser implementadas apenas após ter sido dado um consentimento livre, prévio e informado.

6. Conforme evidenciado neste relatório e noutros, os PICL demonstraram o seu papel como guardiões fundamentais da natureza.¹³ Como tal, e para potenciar as suas capacidades no futuro, os direitos dos PICL às terras e recursos têm de ser apropriadamente reconhecidos, protegidos e aplicados. Os PICL devem ser reconhecidos e apoiados como líderes críticos na conservação e gestão sustentável (tanto ao nível local como global), com recursos que possam manter e aproveitar o seu conhecimento existente das áreas naturais, e apoio de capacidade para gerir a terra em grande escala onde os vectores da perda de biodiversidade e das alterações climáticas estão a ter impactos alargados e adversos.¹⁴

7. Onde os PICL têm os direitos às suas terras e territórios reconhecidos podem, não obstante, necessitar urgentemente de apoio para o registo e titularidade e para o trabalho prévio necessário, incluindo advocacia para ajudar a modelar um ambiente legal e político propício: no seu conjunto, este é frequentemente um processo longo, desafiante e caro.¹⁵

Melhorar a documentação dos territórios, terras e águas terrestres dos PICL

É necessário um apoio adequado para a documentação dos seus territórios, terras e águas pelos PICL.

8. É necessário um apoio adequado para a documentação dos seus territórios, terras e águas pelos PICL (incluindo através do mapeamento participativo e de metodologias de investigação indígenas) para garantir que estão disponíveis mais evidências à escala local para os, e tidas em conta nos processos de tomada de decisão a nível nacional e global que afectam os PICL. Tais evidências poderão também informar boas práticas a serem replicadas noutros territórios, terras e águas dos PICL.

9. Os PICL podem necessitar de acesso contínuo, fiável e apoiado a recursos técnicos (por exemplo, smartphones, drones ou equipamento de monitorização) para documentação.

10. A partilha de conhecimento e a capacitação em vários idiomas, incluindo as línguas indígenas, assim como ferramentas e metodologias culturalmente apropriadas, poderá melhorar e apoiar uma governança equitativa e uma gestão efectiva, e aumentar a capacidade para garantir uma governança e gestão liderada pelos PICL.

Os PICL necessitam de acesso a dados de qualidade.

11. Os PICL necessitam de acesso a dados de qualidade. Documentação robusta, em particular ao nível local, requer acesso a imagens e dados de alta resolução para mapeamento pelas comunidades, o que inclui documentar os valores ambientais, sociais, económicos e culturais que as suas terras possuem.

12. É necessário mais trabalho para mapear e documentar as áreas costeiras e marinhas sob governança ou propriedade dos PICL, permitindo que as análises focadas na terra tais como as reportadas aqui sejam alargadas ao domínio marítimo.

13. As organizações de conservação devem empregar uma maior capacidade de ciências sociais e uma maior consciência social sobre as considerações de bem-estar humano para uma conservação inclusiva e questões transversais tais como género, direitos humanos, a inclusão das crianças e jovens, e a importância das subsistências. Por exemplo, a formação poderá ser alargada para incluir os métodos das ciências sociais e o desenvolvimento de ferramentas e recursos dos praticantes para implementação na monitorização e avaliação de projectos.

14. Há a necessidade de desenvolver e adoptar protocolos mais restritos para a recolha de dados, a sua propriedade, que lhes pode aceder, e como os proteger. Adicionalmente, deve existir um investimento no desenvolvimento de normas e orientações para como fazer isto de forma que honre e proteja os interesses dos parceiros dos PICL.¹⁶

15. Para além de definir prioridades, os profissionais dos PICL devem ter a oportunidade de colaborar e idealmente liderar a recolha de dados, mapeamento, processamento de dados, análise, criação de estratégias e comunicação de resultados.

13 Consulte vários estudos de casos documentados em www.iccaconsortium.org/index.php/category/national-local-en/grassroot-discussions-en/. Consulte também FAO e FILAC (2021) - Governança da floresta por povos indígenas e tribais. Uma oportunidade para a acção climática na América Latina e nas Caraíbas; e Silvicultores Ocultos, IIED (2020) Uma avaliação das abordagens para um reconhecimento e disseminação mais ampla da gestão sustentável da floresta pelas comunidades locais. Para uma reflexão do papel histórico dos PICL na conservação, consulte também a nota de rodapé 47 no Anexo I.

14 Este relatório demonstra que os PICL têm sido e são bons guardiões das paisagens globais (ver nota de rodapé anterior), mesmo sem terem os seus direitos reconhecidos. No entanto, está para além da finalidade e âmbito deste relatório e análise efectuar recomendações relacionadas com as responsabilizações dos PICL. Ao invés, esperamos que as conclusões possam ajudar a informar o diálogo e implementação de quaisquer decisões relacionadas com os direitos, responsabilidades e responsabilizações de todos os actores.

15 Notess, L. e Veit, P. 2018. A Luta pelos Direitos das Terras. www.wri.org/publication/scramble-for-land-rights

16 Consulte, por exemplo, as oportunidades de formação para os princípios OCAP das Nações Indígenas do - posse, controlo, acesso e posse - em fnigc.ca/ocap-training.

Expandir o apoio financeiro sustentável e as oportunidades de capacitação

16. O formato das oportunidades de capacitação e do apoio financeiro devem ser informadas pelos e idealmente determinadas pelos PICL.

17. Devem ser considerados vários mecanismos para facilitar o fluxo e disponibilidade de recursos e de apoio aos PICL. Por exemplo, os doadores (incluindo os dos sectores públicos e privados) podem oferecer melhor acesso directo e apoio sustentável a recursos financeiros aos PICL o que possibilitaria as acções recomendadas.

18. Os PICL podem ser empoderados através de formação em capacidades administrativas e técnicas para se envolverem com doadores e gerir projectos e obrigações contratuais subsequentes.¹⁷

É necessário mais trabalho para garantir várias fontes de financiamento.

19. O apoio aos resultados e modos de vida da conservação pode ser fornecido através de financiamento para a conservação de longo prazo e sustentável aos PICL. O financiamento sustentável é actualmente um desafio significativo para os PICL, especialmente nos locais mais remotos. É necessário mais trabalho para garantir várias fontes de financiamento, incluindo o financiamento a mulheres indígenas.

20. Os PICL devem ser ainda mais empoderados a guiar um desenvolvimento que se alinhe com os seus modos de vida, aborde os direitos humanos e ambições colectivas, reconheça os valores sociais e culturais, garanta um consentimento livre, prévio e informado, e inclua uma Avaliação Estratégica de Impacto Social e Ambiental assim como processos de Avaliação do Impacto nos Direitos Humanos que reflectam os potenciais



impactos nos seus valores, direitos e recursos. Por exemplo, podem ser retiradas perspectivas das Directrizes Akwe:Kon¹⁸ e do UNDRIP.¹⁹ Embora existam vários quadros e sistemas sociais e ambientais com diferentes níveis de compromisso, necessitam de um melhor alinhamento e sustentação na legislação internacional sobre direitos humanos.²⁰ Isto ajudará também a apoiar e monitorizar a conformidade.

21. São necessários mecanismos políticos, legais, financeiros e outros para sustentar os sistemas de governança auto-determinados, direitos colectivos, responsabilidades e modos de vida dos PICL. Tais mecanismos deverão ter em conta os diversos desafios enfrentados pelos PICL, incluindo o isolamento, o declínio e o envelhecimento das populações, a falta de serviços essenciais, e a urbanização, notando que muitos destes desafios estão sujeitos a rápidas mudanças. As políticas e mecanismos devem ser inclusivos, interculturais, e atentos às necessidades dos Povos Indígenas, mulheres e outros grupos marginalizados.

Aumentar a utilização apropriada de mecanismos de conservação

22. Pode generalizar-se a diversificação da liderança em conservação como um mecanismo para apoiar os PICL nas suas próprias iniciativas de conservação. Isto inclui evitar a imposição de designações de cima para baixo e sobrepostas tais como áreas protegidas (não PICL). Engloba também designar as áreas protegidas e OECM em terras PICL apenas quando estas são pedidas e governadas (incluindo através da governança partilhada) pelos próprios PICL.

Os PICL podem ser empoderados através da criação de capacidades para monitorizar.

23. Podem ser realizadas acções para trabalhar em proximidade com os PICL e entidades governamentais em instâncias onde a designação nacional de áreas protegidas e conservadas governadas pelos PICL possa reduzir ameaças iminentes, tais como a mineração destrutiva, a expansão agrícola industrial extensiva e as práticas de desenvolvimento energético.

24. Os PICL podem ser empoderados através da criação de capacidades para monitorizar e abordar efectivamente a intromissão de terceiros como forma de reduzir as ameaças. É também importante reforçar os próprios sistemas de monitorização, controlo e responsabilidade dos PICL para dar sustentabilidade aos seus quadros e governança institucional, garantindo que os seus territórios podem ser mantidos e continuam a fornecer serviços culturais e ecossistémicos.

17 Similarmente, a FAO e a FILAC (2021) argumentam: 'É importante investir na melhoria da governança dos territórios indígenas e Afro descendentes e das organizações indígenas e tribais. Isso exige alcançar um equilíbrio entre reforçar a capacidade técnica e administrativa dos povos indígenas e tribais e dinamizar processos mais participativos: aumentar o seu alcance, ao mesmo tempo que se aprofundam as suas raízes locais. Ao longo do tempo, têm de emergir estruturas novas mais "híbridas" para acompanharem e financiarem as comunidades e as suas organizações. Todos estes esforços têm de priorizar a participação significativa na tomada de decisão pelas mulheres e jovens.'

18 As directrizes Akwe:kon estão disponíveis em www.cbd.int/doc/publications/akwe-brochure-en.pdf.

19 A Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas pode ser encontrada em www.un.org/development/desa/indigenouspeoples/declaration-on-the-rightsof-indigenous-peoples.html.

20 Por este motivo o Fórum Global sobre Paisagens (GLF), o Grupo Principal dos Povos Indígenas (IPMG) para o Desenvolvimento Sustentável, e a Iniciativa para os Direitos e Recursos (RRI) estão a colaborar para produzir um conjunto simples de princípios que aplicam os requisitos legais internacionais e as normas de boas práticas existentes (conhecida como a norma de ouro) para guiar todas as acções ao nível paisagístico e os investimentos apoiados pelas organizações da sociedade civil e instituições, empresas e investidores - quer sejam locais, nacionais ou internacionais.

25. As terras dos PICL devem ser contabilizadas para as metas de conservação baseadas na área, apenas quando lhes tiver sido concedido o reconhecimento e apoio apropriado, e apenas com o consentimento livre, prévio e informado dos seus guardiões dos PICL.

Expandir a agenda de investigação e inclusividade da liderança dos PICL

26. Deve ser dada prioridade a expandir e melhorar a qualidade e quantidade dos dados marinhos e de água doce usados nestes tipos de análises. Isto garantirá uma representação melhor e mais precisa dos PICL e do seu papel como guardiões dos recursos costeiros, marinhos e de água doce e dos habitats associados.

27. A investigação deve considerar questões transversais e de ciências sociais como o bem-estar humano, género, juventude e desenvolvimento. Tal como outros actores-chave como governos e doadores, as organizações de conservação devem expandir a sua capacidade de ciências sociais e apoiar os PICL na exploração e posterior reforço dos valores espirituais, culturais e de modo de vida das terras dos PICL.

28. A investigação deve considerar outros benefícios ambientais para além dos puramente relacionados com a biodiversidade, tais como as contribuições das terras dos PICL para a mitigação e adaptação climática (por exemplo, suprimento das necessidades de água do futuro), para as soluções baseadas na natureza, e para a saúde humana (por exemplo, prevenção da pandemia). Embora os valores da herança biocultural das terras dos PICL não possa ser

considerado ou medido em termos monetários, em alguns casos pode ser informativo e possivelmente benéfico realizar valorizações económicas dos serviços ecossistémicos que surgem das terras dos PICL.

29. Há uma necessidade de explorar as ligações entre as pressões de desenvolvimento e as violações dos direitos humanos, incluindo contra defensores dos direitos humanos e do ambiente. Isto inclui identificar como as políticas estatais podem prevenir com sucesso as violações dos direitos humanos onde estas intersectam com a conservação.

30. A investigação deve pesquisar os mecanismos tecnológicos que possam suportar a melhoria da monitorização e as medidas de aplicação apropriadas para as terras dos PICL.

31. Há necessidade de entender mais plenamente as implicações da insegurança da posse nas práticas de gestão de terras e nos resultados e processos ecológicos associados. No entanto, os estudos de investigação não devem exacerbar questões contenciosas em torno dos direitos e reivindicações de terras, minando sem intenção a cooperação que muitas instituições - tais como as representadas pelos colaboradores deste relatório - procuram promover.

32. As abordagens colaborativas e a partilha de metodologias de investigação e de dados pode ajudar a encorajar a transparência, resultando numa base de conhecimento partilhada e expandida. É necessária mais investigação colectiva para encontrar formas de entender melhor a extensão e as abordagens de gestão variável das terras dos PICL





Conforme notado nesta análise global, existem lacunas na investigação que, se forem preenchidas, podem ajudar a apoiar os PICL a cuidarem das suas terras e águas e a apoiar as suas subsistências nos seus próprios termos, oferecendo benefícios em várias escalas para a natureza e para as pessoas. É necessário mais trabalho ao nível nacional e local para determinar acções e investigação adicionais que possam ajudar a apoiar os PICL nestes contextos. Criar um conjunto de dados espaciais mais detalhado, robusto e preciso das terras dos PICL irá necessitar de tempo, colaboração, e cuidado para ajudar a garantir que não são infligidos impactos ou danos adversos no processo.

É necessário mais trabalho ao nível nacional e local

Um apelo à acção partilhado

O relatório é o resultado de uma primeira e ampla colaboração de organizações e pessoas de diferentes proveniências com um objectivo comum: entender, destacar e apoiar melhor os PICL e o seu papel crítico como guardiões das terras, territórios, recursos e águas com imenso valor para a biodiversidade, resiliência climática e ecossistemas. Reforçando este objectivo comum, os colaboradores têm como meta continuar o desenvolvimento de ciência, política e prática em apoio dos, e em conjunto com os PICL. Encorajamos todos a responderem a um apelo à acção partilhado como parte deste processo:

Como colaboradores do relatório, comprometemos a nossa experiência colectiva, poder reunido e recursos para avançar a ciência, a política e a prática em apoio dos Povos Indígenas e das

Comunidades Locais e dos seus esforços para proteger, conservar, sustentar e restaurar as suas terras e águas, e na protecção e respeito dos seus direitos humanos. Apelamos também aos governos, organizações inter-governamentais, ONG e à sociedade civil, juntamente com outras partes interessadas, incluindo o sector privado, que se juntem a nós neste esforço. Este relatório é o primeiro passo no compromisso para disponibilizar as nossas capacidades e os nossos esforços científicos e técnicos para ajudar a acelerar o reconhecimento dos direitos dos Povos Indígenas e das Comunidades Locais, e para salvaguardar os seus territórios e recursos com base nos dados qualitativos e quantitativos e na evidência científica, combinados com e suportados pelo conhecimento especializado tradicional e Indígena, como base para decisões políticas, legislação, e advocacia.

Como colaboradores no relatório, comprometemo-nos com, e convidamos todas as outras organizações de conservação a respeitar e a defender as normas de direitos humanos (incluindo a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas e outras convenções relevantes como a Convenção sobre os Povos Indígenas e Tribais da Organização Internacional do Trabalho, nº169 de 1989), desenvolver, aplicar e monitorizar as salvaguardas sociais e ambientais, e apoiar adequadamente a governança, os sistemas de conhecimento e a auto-determinação das gerações actuais e futuras dos Povos Indígenas e Comunidades Locais.

Para este fim, comprometemo-nos a defender e respeitar plenamente os distintos e diferenciados direitos dos Povos Indígenas e das Comunidades Locais. Comprometemo-nos ainda a colaborar com princípios partilhados e práticas acordadas para apoiar a auto-determinação e auto-empoderamento dos Povos Indígenas e das Comunidades Locais, reconhecendo o seu papel de liderança e orientação na conservação inclusiva e efectiva da biodiversidade, do desenvolvimento sustentável, e da mitigação das alterações climáticas.



4. Conclusão

Muitos líderes globais utilizaram o marco histórico da Cimeira da Biodiversidade das Nações Unidas em Setembro de 2020, assim como os preparativos para a próxima Década da Restauração das Nações Unidas, para destacar o papel essencial que os PICL desempenham na sustentação, restauração e valorização da natureza. Conforme notado neste relatório, há evidências crescentes a várias escalas que destacam a história crítica e conhecimento daqueles que vivem mais próximo das terras e águas das quais o mundo depende. As análises aqui concluídas ligam as terras dos PICL com boas condições ecológicas, e exploram ainda mais as pressões, ameaças e oportunidades relacionadas com estas terras e com aqueles que as detêm ou as governam.

O progresso em direcção a metas globais actualizadas para a biodiversidade, incluindo aquelas como metas espaciais para 30% de cobertura por áreas conservadas e protegidas até 2030, irá depender de se ter em conta a liderança, papéis

Uma vez asseguradas, estas vastas terras têm o potencial para manterem a biodiversidade, promoverem a realização de direitos humanos diversos, manterem a conectividade ao longo da paisagem, e fornecerem soluções naturais para uma gama de desafios da sociedade, incluindo a mitigação das alterações climáticas, a sustentação dos serviços ecossistémicos, e a protecção da saúde humana. Ao mesmo tempo, as culturas, conhecimentos e práticas diversas dos PICL serão mantidas.

No final, todas as pessoas e a natureza irão beneficiar.

O progresso em direcção às metas globais para a biodiversidade, incluindo 30 by 30, dependerá da liderança, funções e contribuições dos PICL.

e contribuições (tanto históricas como actuais) dos PICL, incluindo mulheres, crianças, jovens e idosos, assim como de apoiar a diversidade da governança equitativa. Com 32% das terras do mundo detidas ou governadas pelos PICL - e 64% destas terras dos PICL em boas condições ecológicas

A contribuição das terras dos PICL para as metas de conservação com base na área dependerá do seu reconhecimento apropriado e apoio contínuo.

- é claro que os PICL podem ser parceiros nucleares para alcançar metas de conservação novas e ambiciosas. A análise de potenciais pressões futuras, no entanto, mostra que a conservação continuada destas terras não pode ser tomada como garantida. Estas potenciais pressões, em combinação com a escassez disseminada de direitos formalizados dos PICL sobre as terras e recursos, sugerem que a com base na área dependerá do seu reconhecimento apropriado e apoio contínuo.

